

CONTRATO

CONTRATO Nº 13/2022
PROCESSO Nº 1076/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO LUIS E A EMPRESA JM BARROS NETO – ME.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.495.676/0001-17, situado na Rua da Estrela, n.º 257 Centro, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, neste ato representado por seu Exmo. Presidente Sr. Osmar Gomes dos Santos Filho, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º 104099299-1, expedida pela SSP/MA e inscrita no CPF (MF) sob n.º 021.364.993-43, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **JM BARROS NETO - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 63.574.875/0001-17, situada na Rua Coronel Chaves n.º 450, Edifício Flávio, Loja 05, São Francisco, São Luís/MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. José Martins Barros Neto, RG n.º 042828572001-2, CPF n.º 290.178.403-82, RESOLVEM celebrar o presente Contrato para locação de máquinas multifuncionais (copiadora, impressora e scanner), serviço de recarga de toner, incluindo manutenção preventiva e corretiva decorrente da Adesão à **Ata de Registro de Preço 06/2022**, oriunda da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 11/2022 – Prefeitura Municipal de Itapecuru - MA com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93, do Decreto Estadual n.º 31.553, de 06 de agosto de 2016, da Lei Complementar n.º 123/2006, e suas alterações pela Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, bem como da Lei Estadual 10.403/2015 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em locação de máquinas multifuncionais a laser monocromáticas e coloridas (copiadora, impressora e scanner), incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças e fornecimento de material de consumo (toner, cilindros e outros), para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de São Luís (MA) – CMSL, conforme as especificações, quantidades e condições contidas neste CONTRATO, Termo de Referência e Proposta Vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 Vinculam-se ao presente CONTRATO, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2022 – Prefeitura Municipal de Itapecuru - MA, o Termo de Referência e a Proposta de Preços da CONTRATADA.

2.2 Fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos:

- a) O Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2022 – Prefeitura Municipal de Itapecuru - MA e seus anexos;
- b) A Proposta de Preços Readequada da Contratada;

FLS. Nº 03
PROC. Nº 1370/2023
RUBRICA NE BARROS

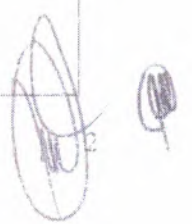


c) O Termo de Referência;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor global deste Contrato é de **R\$ 274.512,00 (duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e doze reais)**, conforme demonstrativo a seguir:

LOCAÇÃO DE IMPRESSORA					
Item	Descrição do Material	Quant.	Quant. Meses	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	Impressora a laser monocromática dúplex automática; 1° uso em linha de produção, Paineis táctil a cores de 7 polegadas, imprime até 57 ppm em carta e 55 ppm em papel A4, copia, digitaliza, fax, resolução máx. de impressão: 1200x1200 dpi; capacidade de papel até 2.600 folhas. Características adicionais: conectividade USB e WIFI. Marca: KYOCERA Modelo: ECOSYS M3655IDN	3	12	R\$ 1.260,00	R\$ 3.780,00
2	Impressora multifuncional com bulk ink, tipo impressão jato tinta, resolução impressão 5760x1440 dpi, tensão alimentação bivolt, resolução scanner 1.200x2.400 dpi, características adicionais color, sistema eco tank, conectividade USB e WIFI. Marca: EPSON Modelo: ECOTANK L3250	1	12	R\$ 297,00	R\$ 297,00
3	Impressora multifuncional laser monocromática (impressão, cópia, scanner) 1° uso em linha de reprodução, tecnologia de impressão laser monocromático para operação em rede wi-fi, 40 ppm A4, painel touch screen 7 polegadas, resolução 1.200 x 1.200 dpi, processador de 1Ghz, memória 1GB, disco rígido HD 320 GB, plataforma xoa, vidro ofício, duplex automático, rede ethernet 10/100/1000 TX, impressão duplex, USB 2.0, emulação PCL5, PCL6, PS3, RADF duplex de passagem única para mínimo de 50 folhas, bandeja padrão para 550 folha, by-pass para 100 folhas. Ciclo de trabalho: até	13	12	R\$ 948,00	R\$ 12.324,00



	120.000 páginas. Marca: SAMSUNG Modelo: M4080FX				
4	Impressora multifuncional laser colorida (impressão, cópia, scanner) 1° uso em linha de reprodução, tecnologia de impressão laser colorida para operação em rede wi-fi, 24 cópias coloridas por minuto A4 e 25ppm em carta, resolução 9.600x600 DPI, processador 500 Mhz, memória 512 Mb, painel de toque colorido de 4", duplex automático, rede ethernet 10/100/100 Tx, Usb 2.0, emulação PCLSE, PCL 6, PS3, RADF 50 folhas automático, bandeja padrão 250 folhas by-pass 50 folhas. Ciclo mensal de 60.000 ppm. Marca: SAMSUNG Modelo: CLX-6260FW	5	12	R\$ 1.295,00	R\$ 6.475,00
VALOR TOTAL MENSAL R\$					R\$22.876,00
VALOR TOTAL ANUAL R\$					R\$274.512,00

3.2 Os preços permanecerão irremovíveis durante a vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

PODER	01 - PODER LEGISLATIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
PROJETO/ATIVIDADE	01.122.0408.2259.000 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.12 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO	0100 - PRÓPRIOS

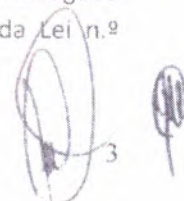
CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais iniciais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, limitados a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município - DOM, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, desde que vantajosos, atendendo ao disposto no artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

FLS. Nº 05
PROC. Nº 1320/2023
RUBRICA Waldemar



CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE ENTREGA E LOCAL DE ENTREGA

- 7.1 Os serviços deverão ser iniciados até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato e/ou após a emissão da Autorização dos Serviços, pela CONTRATADA.
- 7.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento será feito pela CONTRATANTE a CONTRATADA por meio de emissão de ordem bancária, até 30 (trinta) dias após apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo **Fiscal de Contrato**, acompanhada da respectiva **Ordem de Fornecimento** ou outro instrumento equivalente e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014**; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado**; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município**; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS – CRF** e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, diretamente na conta que a CONTRATADA apresentar em sua proposta ou no momento da assinatura do contrato.
- 8.2 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
- 8.3 Caso os produtos entregues estejam em desacordo com as especificações e demais exigências do Edital, fica autorizado à Câmara Municipal de São Luís a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas.
- 8.4 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA, no **Banco do Brasil, Agência 5750-9, Conta Corrente 876-1**.
- 8.5 A Câmara Municipal de São Luís, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas por ela.
- 8.6 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 São aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 São aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

- 11.1 O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a

CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicandoss subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2 O atraso injustificado na entrega do objeto deste contrato, ou na prestação dos serviços devidos, sujeitará a CONTRATADA à multa de moradiária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor respectivo ao fornecimento, a juízo da Administração, até o limite de 10% (dez por cento).

11.3 Além da multa indicada no subitem anterior, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, na hipótese de inexecução total ou parcial do CONTRATO, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inaptidão para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b".

11.5 Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de São Luís, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

11.6 Caberá a Autoridade Competente, a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

11.7 Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

11.8 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

11.9 Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigavelmente ou judicialmente.

11.10 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo servidor da CONTRATADA, Sr. **Giovani Murilo Dantas Correa - Mat. 4160-1**, atuando como **Fiscal do Contrato**, e o Sr. **Leandro Bastos Silva – Mat. 4703-1**, atuando como **suplente**, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

13.2 As ocorrências verificadas durante a execução deste Contrato serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE.

13.3 A Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios na prestação dos serviços, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES

14.1 Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 A eficácia deste Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela CONTRATANTE, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pelo setor competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE

16.1 No preço contratado devem estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, transporte até o local de entrega do objeto licitado, encargos sociais, trabalhistas e fiscais e demais custos que recaiam sobre a execução dos serviços, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do objeto contratado.

16.2 Os preços contratados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Autoridade Competente promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

16.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Autoridade Competente convocará a CONTRATADA para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

16.4 Caso a CONTRATADA não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

16.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços contratados e a CONTRATADA não puder cumprir o compromisso, a Autoridade Competente poderá:

a) Liberar a CONTRATADA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e

comprovantes apresentados;

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.


16.6 Não havendo êxito nas negociações, a CONTRATANTE procederá à revogação da ata de registro de preços, bem como a rescisão do contrato adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO


17.1 Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de São Luís/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmamos presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

São Luís (MA), 07 de junho de 2022.



Osmar Gomes dos Santos Filho
Presidente da Câmara Municipal de São Luís
CONTRATANTE



JM BARROS NETO - ME
José Martins Barros Neto
CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Elaine de Araújo Fonseca

CPF: 93521529304

RG: _____

Testemunha:

Nome: YURI MORAES DE SOUZA

CPF: 010.037.085-79

RG: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - CMSL

PORTARIA N° 030/2022 - CMSL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS (MA)

Designo Fiscal para atuar na execução e fiscalização do Contrato n° 013/2022-CMSL, e seus aditivos, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em locação de máquinas multifuncionais a laser monocromáticas e coloridas (copiadora, impressora e scanner), incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças e fornecimento de material de consumo (toner, cilindros e outros), no exercício de suas atribuições.

O SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS (MA), no uso de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo normativo expresso pelo art. 58, inciso III da Lei Federal n° 8.666/1993, o qual estabelece o dever-poder da Administração Pública fiscalizar a execução do Contrato administrativo;

Considerando o que estabelece o art. 67 e parágrafos da Lei Federal n° 8.666/1993 e no art. 6° do Decreto Federal n° 9.507/2018, que determinam que a fiscalização da execução do Contrato administrativo, far-se-á por Representante da Administração Pública especialmente designado.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar os servidores **GIOVANI MURILO DANTAS CORRÊA** - Mat. 4160-1 - Assessor Técnico Especial II, e **LEANDRO BASTOS SILVA** - Mat. 4703-1 - ASS. ESP. PRES. G.L. para exercer as funções de fiscal e de suplente, respectivamente, promovendo o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato n° 13/2022-CMSL, celebrado com a empresa **JM BARRÓS NETO - ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 63.574.875/0001-17, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em locação de máquinas multifuncionais a laser monocromáticas e coloridas (copiadora, impressora e scanner), incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças e fornecimento de material de consumo (toner, cilindros e outros), para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de São Luis (MA) - CMSL - Processo Administrativo n° 1076/2022-CMSL.

Artigo 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos retroativos ao dia 7 de junho de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MARCIO LUCAS MARTINS FEITOSA
Secretário Administrativo desta Casa Legislativa

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 1076/2022	ESPÉCIE: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2022 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022 - FPM - MA	CONTRATO Nº: 13/2022-CPL/CMCPL
OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de máquinas multifuncionais a laser monocromáticas e coloridas (copiadoras, impressora e scanner), incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças e fornecimento de material de consumo (toner, cilindros e outros), para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de São Luis (MA) - CMSL.		
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS	REPRESENTANTE LEGAL: Daniel Cosset dos Santos Filho	CNPJ: 05.495.676/0001-17 CARGO: Presidente
CONTRATADA: JM BARRÓS NETO - ME	REPRESENTANTE LEGAL: José Márcio Barros Neto	CNPJ: 63.574.875/0001-17 CARGO: Empresário
ASSINATURA DO TERMO: 07/06/2022	FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Estadual nº 21.553, de 06 de agosto de 2016, da Lei Complementar nº 122/2006, e suas alterações pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Súmula nº 147, de 07 de agosto de 2014, Súmula nº 147, de 07 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.	
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/06/2023	REGISTROS ORÇAMENTÁRIOS:	
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.12 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	PROJETO/ATIVIDADE: 01.021.0408.2259 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	FONTE DE RECURSOS: 0100 - PRÓPRIOS

CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

FLS. N° 10
PROC. N° 1036/2022
VISTO

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 140/2022/CPL
COMPRASNET**

A Central Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luis, localizada na Rua dos Ourços, Lote 11, Quadra 09, Bairro Calhau, São Luis - MA, CEP: 65071-820, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico de nº. 140/2022** no dia 20/07/2022, às 09h30, horário de Brasília, decorrente do Processo Administrativo nº 040- 16453/2022, objetivando o **Registro de preços para aquisição de fórmula láctea infantil tipo 1**, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

O Edital poderá ser consultado na Central Permanente de Licitação, em dias úteis, de segunda a quinta, das 08h às 18h (intervalo 12h às 14h), e sexta-feira, das 8h às 13h. O edital poderá ser obtido gratuitamente por meio digital nesta Central, bem como pela Internet, através do nosso endereço eletrônico www.saoluiz.ma.gov.br ou no site do Comprasnet, www.comprasnet.gov.br. Informações pelo telefone: (98) 3227-7749 ou (98) 99152-2013 e-mail: navegacpl@pmmail.com.

São Luis (MA), 06/07/2022.

Flávia Vieira dos Santos Nunes
Pregoeira - CPL

AUTORIZAÇÃO À PUBLICAÇÃO
Washington Ribeiro Viegas Neto
Presidente - CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 141/2022/CPL
COMPRASNET**

A Central Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luis, localizada na Rua dos Ourços, Lote 11, Quadra 09, Bairro Calhau, São Luis - MA, CEP: 65071-820, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico de nº. 141/2022**, no dia 20/07/2022, às 14h30, horário de Brasília, decorrente do Processo Administrativo nº 230-7311/2022 - 3º-MAD (apenso 330-17446/2022 - SEMIT), objetivando a contratação eventual e futura de empresa especializada em serviços técnicos especializados para fornecimento de sistema de virtualização, tramitação e gestão digital de processos administrativos, automatização de fluxos de trabalho, gestão de licenciamentos públicos e gerenciamento de informações, com fornecimento do licenciamento do referido sistema, incluindo a implantação, configuração, capacitação, hospedagem, suporte e serviços técnicos, sob demanda, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, e demais Secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de São Luis (PMSL).

O Edital poderá ser consultado na Central Permanente de Licitação, em dias úteis, de segunda a quinta, das 08h às 18h (intervalo 12h às 14h), e sexta-feira, das 8h às 13h. O edital poderá ser obtido gratuitamente por meio digital nesta Central, bem como pela Internet, através do nosso endereço eletrônico www.saoluiz.ma.gov.br ou no site do Comprasnet www.comprasnet.gov.br. Informações pelos telefones: (98) 3227-7749, (98) 99152-2013 ou e-mail: atalexandre61@gmail.com.

São Luis (MA), 07/07/2022.

Alexandre Souza Farias
Pregoeiro - CPL

AUTORIZAÇÃO À PUBLICAÇÃO
Washington Ribeiro Viegas Neto
Presidente - CPL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022-CPL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2021/CPL/PMSL**

PROCESSO Nº 040-3181/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA / UASG: 080921

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Pelo presente instrumento, a CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPCL, instituída e regulamentada nos termos da Lei nº 4.537, de 16 de novembro de 2005 e regulamentada através do Decreto Municipal nº 28.926, de 19 de janeiro de 2006 inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.207.102/0001-30, com sede na Rua dos Ourços, Lote 11, Quadra 09, Cep: 65.071-820 - São Luis/MA, nomeia ato representado pelo seu Presidente - Sr. Washington Ribeiro Viegas Neto, nos termos da Lei nº 8.159, de 27 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos Federais nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e Decreto Municipal 44.405/2013, alterado pelo Decreto Municipal nº 57.106, de 09 de agosto de 2021 e demais normas legais aplicáveis, considerando o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2021-CPL/PMSL resolve registrar os preços dos itens 09, 20 e 49 ADJUDICADOS à empresa DROGAFONTE LTDA, CNPJ Nº 08.778.291/0001-26, com sede na Rua Barão de Brum, 439, Varzea

FLS. N° 10
PROC. N° 1310/2023
RUBRICA **Washington Ribeiro Viegas Neto**

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2023.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

PALÁCIO "PEDRO NEIVA DE SANTANA", em São Luís (MA), 20 de março de 2023.

FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA E SILVA
Presidente

Publicado por: ARNALDO SERRA FILHO
Código identificador: 51c02a7c68ae631a6435c06997a0763b

PORTARIA Nº 40/2023 - CMSL

Designa Fiscal para atuar na execução e fiscalização do Contrato nº 013/2022-CMSL, e seus aditivos, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em locação de máquinas multifuncionais a laser monocromáticas e coloridas (copiadora, impressora e scanner), incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças e fornecimento de material de consumo (toner, cilindros e outros), no exercício de suas atribuições.

O SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS (MA), no uso de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo normativo expresso pelo art. 58, inciso III da Lei Federal nº 8.666/1993, o qual estabelece o dever-poder da Administração Pública fiscalizar a execução do Contrato administrativo; Considerando o que estabelece o art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 6º do Decreto Federal nº 9.507/2018, que determinam que a fiscalização da execução do Contrato administrativo, far-se-á por Representante da Administração Pública especialmente designado;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar os servidores **LEANDRO BASTOS SILVA** - Mat. 4703-1- Assessor Técnico Especial II, como fiscal, e **ENÉAS DA SILVA PEREIRA NETO** - Mat. 21.524-2 - Assessor Parlamentar Especial II, como suplente, para promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato nº 13/2022-CMSL, celebrado com a empresa **JM BARROS NETO** - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 63.574.875/0001-17,

que tem por objeto a contratação de empresa especializada em locação de máquinas multifuncionais a laser monocromáticas e coloridas (copiadora, impressora e scanner), incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças e fornecimento de material de consumo (toner, cilindros e outros), para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de São Luís (MA) - CMSL - Processo Administrativo nº 1076/2022-CMSL.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos retroativos ao dia 14 (catorze) de fevereiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

CAIO ANDERSON CIMAS DE MORAIS LIMA
Secretário Administrativo desta Casa Legislativa

Publicado por: ELANE DE ARAÚJO FONSECA
Código identificador: 8ac8d193d492e027bce47545f6e7764e

PORTARIA Nº 41/2023 - CMSL

Designa Fiscal para atuar na execução e fiscalização do Contrato nº 015/2021-CMSL, e seus aditivos, contratação de empresa para fornecimento de link de acesso à internet para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís, no exercício de suas atribuições.

O SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS (MA), no uso de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo normativo expresso pelo art. 58, inciso III da Lei Federal nº 8.666/1993, o qual estabelece o dever-poder da Administração Pública fiscalizar a execução do Contrato administrativo; Considerando o que estabelece o art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 6º do Decreto Federal nº 9.507/2018, que determinam que a fiscalização da execução do Contrato administrativo, far-se-á por Representante da Administração Pública especialmente designado;

RESOLVE:

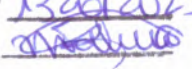
Artigo 1º - Designar os servidores **LEANDRO BASTOS SILVA** - Mat. 4703-1- Assessor Técnico Especial II, como fiscal e **ENÉAS DA SILVA PEREIRA NETO** - Mat. 21.524-2 - Assessor Parlamentar Especial II, como suplente, para promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato nº 15/2021-CMSL, celebrado com a empresa **ARAÚJO E ALMEIDA SERVICOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 19.196.825/0001-51, que tem por objeto a prestação de serviço de locação de link de internet - Processo Administrativo nº 2278/2021-CMSL.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos retroativos ao dia 14 (catorze) de fevereiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

CAIO ANDERSON CIMAS DE MORAIS LIMA
Secretário Administrativo desta Casa Legislativa

Publicado por: ELANE DE ARAÚJO FONSECA
Código identificador: 7757943c0011598bcd6bd206a807cbb1

FLS. Nº 11
PROC. Nº 1320/2023
RUBRICA 



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
ESTADO DO MARANHÃO
GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

FLS. Nº 92
PROC. Nº 1620/2023
RUBRICA

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 1320/2023 – CMSL/MA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 13/2022 DE
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS
MULTIFUNCIONAIS (COPIADORA,
IMPRESSORA E SCANNER), SERVIÇO DE
RECARGA DE TONER, INCLUINDO
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA DECORRENTE QUE ENTRE
SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO LUÍS E A EMPRESA JM BARROS
NETO - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de um lado, a Câmara Municipal de São Luís, Estado do Maranhão, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta capital na Rua da Estrela, nº257, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.05.495.676/0001-17, neste ato representada por seu Presidente, **Paulo Victor Melo Duarte**, RG nº 162034820016-GEJUSPC-MA, CPF nº 008.588.083-31, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **JM BARROS NETO - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 63.574.875/0001-17, situada na Rua Coronel Chaves nº 450, Edifício Flávio, Loja 05, São Francisco, São Luís/MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por José Martins Barros Neto, RG nº 042828572001-2, CPF nº 290.178.403-82, resolvem celebrar o presente TERMO, observando o que consta do processo nº 1076/2022-CMSL-MA, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 57, §2º, e 65, §1º, da Lei nº 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores, tem entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência** que trata a Cláusula Sexta do Contrato nº 013/2022, bem como a **realização de acréscimo de valor** da Cláusula Terceira do Contrato (Do Valor), representando o valor percentual aproximado de 23,94% (vinte e três inteiros e noventa e quatro milésimos por cento) do valor total do instrumento contratual, originário da Adesão nº 06/2022/CPL/CMSL-MA, oriunda da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 11/2022 – Prefeitura Municipal de Itapecuru - MA, que passa a vigorar, de acordo com o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº013/2022, pelo período de **12(doze) meses**, com vigência inicial, a contar da assinatura do presente Termo, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
ESTADO DO MARANHÃO
GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

FLS. Nº 88
PROC. Nº 1320/2023
RUBRICA [assinatura]

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global do Termo Aditivo, após o acréscimo importa em **R\$ 340.236,00 (trezentos e quarenta mil e duzentos e trinta e seis)**.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento encontra amparo legal nos artigos 57, §2º, e 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais condições cláusulas pactuadas no Contrato, não modificados por este instrumento, ficam mantidas para todos os efeitos.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo de Aditamento, será competente a Seção Judiciária da Justiça Estadual de São Luís-MA para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser dirimidas pela mediação administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem, assim, justas e contratadas, a CONTRATANTE e a CONTRATADA firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Luís, 07 de junho de 2023.

MUNICIPIO DE SAO LUIS - CAMARA
MUNICIPAL:05495676000117
76000117

Assinado de forma digital por
MUNICIPIO DE SAO LUIS -
CAMARA
MUNICIPAL:05495676000117
Dados: 2023.06.07 09:45:41
-03'00'

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
Presidente

JOSE MARTINS
BARROS
NETO:29017840382

Assinado de forma digital por
JOSE MARTINS BARROS
NETO:29017840382
Dados: 2023.06.07 09:34:12
-03'00'

CONTRATADA
JM BARROS NETO - ME
Representante

TESTEMUNHAS:

1. [assinatura] (nome/CPF) 985 215 242004
2. [assinatura] (nome/CPF) 015 033377.96

assinatura.

Publicado por: ALDEFRANKI DE Sá SILVA
Código identificador: 4244d0b1dac7635a78d0145fdeb7d977

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2022

Processo Administrativo: Nº 1320/2023; **Objeto:** 1º Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato nº 013/2022, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em locação de máquinas multifuncionais a laser monocromáticas e coloridas (copiadora, impressora e scanner), incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças e fornecimento de material de consumo (toner, cilindros e outros), conforme as condições, descrições e especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de São Luís (MA) - CMSL. **Modalidade:** 1º Termo Aditivo de Prazo e Valor; **Contrato:** nº 013/2022; **Contratante:** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, sob o CNPJ nº 05.495.676/0001-17; **Titular:** Paulo Victor Melo Duarte, CPF nº 008.588.083-31. **Contratada:** JM BARROS NETO - ME, CNPJ sob o nº 63.574.875/0001-17; **Representante:** José Martins Barros Neto. **Valor Global:** R\$ 340.236,00 (trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais). **Data da Assinatura:** 07 (sete) de junho de 2023; **Vigência:** 12 (doze) meses contados a partir da assinatura. **Fundamentação Legal:** 57, II, §2º, e 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

Publicado por: ALDEFRANKI DE Sá SILVA
Código identificador: e4d9ab3b8e631b7e9e90a85e0e1653a2

LEI Nº 7.291, DE 02 DE MAIO DE 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, promulga, nos termos do § 7º do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de São Luís, a seguinte Lei, resultante do **Projeto de Lei nº 076/2021**, de autoria da Vereadora **KARLA SARNEY**, aprovado pela Câmara Municipal de São Luís.

Institui em São Luís, o Programa MAIS Mulheres que concede incentivo fiscal a empresas que empreguem no seu quadro de funcionários mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social, e outras providências.

Art. 1º Esta Lei concede incentivos fiscais do Imposto Sobre Serviços - ISS, a empresas que empregarem mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social.

Art. 2º O objetivo do presente programa é inserir no mercado de trabalho, com prioridade e o devido acompanhamento, mulheres vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade econômica.

Art. 3º Considera-se violência doméstica, para os fins desta Lei, notadamente as condutas escritas no art. 7º da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Art. 4º Considera-se situação de vulnerabilidade social, para os fins desta Lei, notadamente:

- I - a insegurança de renda decorrente da precária inserção no mundo do trabalho ou do desemprego;
- II - o baixo grau de escolarização ou a falta de formação técnica;
- III - a falta de moradia ou a necessidade de abrigo fora do lar;

IV - a dependência econômica do companheiro ou de terceiros;

V - a falta de acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado ou pela sociedade que importe em carência de um conjunto de atributos necessários para a dignidade da mulher;

VI - Outras formas de situações congêneres.

Art. 5º O benefício depende de requerimento do interessado, na forma, prazo e demais condições estabelecidas pelo Poder Executivo por meio de regulamento.

Art. 6º Para a implementação das ações que trata a presente Lei, poderá o Poder Executivo firmar termos específicos, acordos ou convênios, com os órgãos do Poder Público ou com entidades da sociedade civil, assegurando assim a assistência integral às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Art. 7º A empresa que tiver acesso aos dados pessoais das mulheres em situação de vulnerabilidade ou de violência doméstica e familiar deve observar a legislação, a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, o Código Civil e a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no tocante a inviolabilidade de dados, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 8º Somente serão concedidos os incentivos previstos nesta Lei às empresas regularmente estabelecidas no Município de São Luís.

Art. 9º O benefício consiste na redução de alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, em até 3%, devido pela empresa prestadora de serviços beneficiária do programa descrito no art. 1º, respeitando a seguinte proporcionalidade:

I - Microempresa que comprovadamente empregue no mínimo, 4 (quatro) mulheres, fará jus a alíquota de 2% (dois por cento);

II - Empresa de Pequeno Porte que comprovadamente empregue no mínimo, 10 (dez) mulheres, fará jus à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento);

III - Demais empresas que comprovadamente empreguem no mínimo, 18 (dezoito) mulheres, farão jus à alíquota de 3% (três por cento).

Parágrafo Único. O incentivo fiscal de que trata o caput deste artigo não poderá resultar, direta ou indiretamente, na redução, em cada período de incidência do ISS, da alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento).

Art. 10. A dedução de que trata o artigo anterior será aplicada a contar do registro da empregada e perdurará enquanto as empresas contempladas por esta Lei mantiverem o contrato empregatício objeto da mesma.

Art. 11º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. Independente de qualquer notificação ou interpelação judicial, cessarão todos os benefícios fiscais e financeiros concedidos à empresa por esta Lei, nas hipóteses da prática de fraude, dolo ou simulação, com objetivo de obter ou manter incentivos fiscais previstos nesta Lei, sem prejuízo de outras implicações cabíveis.

Parágrafo Único. Comprovada uma das hipóteses, o valor correspondente ao montante dos tributos abrangidos pelo incentivo aproveitado será devido, inscrito em dívida ativa e cobrado via judicial ou extrajudicial, acrescido de todos os encargos legais cabíveis.

Art. 13. O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60